O ESTADO

jornaloestadoce
@jornaloestadoce
www.youtube.com/@CanalOEstadoCE
@jornaloestado

www.oestadoce.com.br

LOTERIAS
▸ MEGA-SENA, # 2650 ▸ 09, 18, 29, 37, 39, 58
▸ TIMEMANIA, # 2008 ▸ 28, 30, 31, 33, 49, 59, 64 NÁUTICO/PE
▸ LOTOFÁCIL, # 2941 ▸ 03, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 12, 14, 17, 20, 21, 22, 24, 25

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL 175
Rubrica

ÚLTIMAS

TEMPO EM FORTALEZA
Mín 25° C Máx 30° C
Períodos nublados

TEMPO NO BRASIL (Máxima)
São Paulo 29° C • Brasília 32° C • Rio 30° C

MARÉS • ALTA 5h27 BAIXA 11h24
17h35 2.63m • 23h48 -0.05m

FALE COM A GENTE
www.oestadoce.com.br
e-mail: geral@oestadoce.com.br

Supremo mantém prisão de ex-agente da Polícia Rodoviária Federal

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou nesta segunda-feira (30) a decisão que manteve a prisão de Kleber Nascimento Freitas, um dos três ex-agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) acusados de participação na morte de Genivaldo de Jesus Santos, em maio de 2022.

O colegiado validou uma decisão individual do ministro Edson Fachin, relator do caso, que rejeitou pedido de soltura feito pela defesa do acusado.

A defesa do ex-policial recorreu ao Supremo para derrubar decisão anterior do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que manteve a prisão. Entre os argumentos apresentados, os advogados afirmaram que Freitas passa por "graves transtornos mentais" e não há condições adequadas para tratamento na prisão.

Por unanimidade, os ministros acompanharam o relator e entenderam que não há ilegalidade na manutenção da prisão do ex-policial. Sobre a situação de saúde, Fachin disse que não cabe ao Supremo avaliar a questão.

No ano passado, o caso veio à tona após imagens veiculadas na internet mostrarem a ação policial que prendeu Genivaldo no porta-malas de uma viatura após ele ser parado pelos agentes por trafegar de moto sem capacete em uma rodovia de Sergipe.

Durante a abordagem, um policial rodoviário jogou bombas de gás dentro do carro e manteve a tampa do porta-malas abaixada, impedindo Genivaldo de sair e respirar.

Pela conduta, os policiais foram demitidos da PRF e vão ser levados a júri popular pela morte de Genivaldo. A data do julgamento ainda não foi marcada.

LEILÃO DE VEÍCULOS
ONLINE

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
GOVERNO FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO
Concorrência Pública Eletrônica com Proposta de Aquisição de Imóvel - PAI SPU nº 15/2023

1. A União, por intermédio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, via Secretaria do Patrimônio da União, torna público que às **10 horas (horário de Brasília/DF)**, do dia **04 de dezembro de 2023**, no endereço eletrônico https://imoveis.economia.gov.br, será realizada **sessão pública eletrônica** para venda de imóvel, sendo permitido o **envio de propostas até as 09h59**, do mesmo dia sendo este o prazo final para apresentação da documentação e dos respectivos propostas para alienação do domínio pleno do imóvel da União a seguir discriminado, nas condições em que se encontra. A licitação será na modalidade de concorrência, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo arbitrado ao imóvel.

Item	Município	Endereço	Matrícula	Cartório	Descrição	Preço Mínimo
01	Fortaleza/CE	Rua Sao Paulo, 795, Centro	015719.2.0105729-82	3º Ofício de Registro de Imóveis de Fortaleza/CE	Terreno: 133,20 m² Benfeitoria: 132 m²	R$ 195.000,00

2. Os trabalhos da Comissão Permanente de Licitação obedecerão rigorosamente aos termos do Edital de Concorrência SPU nº 15/2023.

3. Informações sobre o imóvel poderão ser obtidas nos dias úteis, a partir de 03 de novembro de 2023, na Superintendência do Patrimônio da União no Ceará, localizada na Rua Barão de Aracati, 909, 9º andar, Bairro Aldeota, CEP 60115-080 - Fortaleza/CE, ou solicitadas por e-mail cplenarao.spu@economia.gov.br) ou telefone, pelo número (85) 3878-3701 / 3735. Mais informações estão disponíveis no site https://imoveis.economia.gov.br.

THALLYTA DE PAIVA LACERDA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ESTADO DO CEARÁ - CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE MARACANAÚ-CPSRM - AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 2710.01/2023-TP. JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL. OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços técnicos profissionais de assessoria e consultoria na área de controle interno, conforme especificações constantes no Projeto Básico, Anexo I do Edital. A abertura da licitação será as 09h30min do dia 17 de novembro de 2023, a ser realizar na sede do Consórcio, localizado na Av. I, Nº. Torre II, Com., Jereissati, em Maracanaú/CE. Cópia do Edital encontra-se a disposição dos interessados no endereço supramencionado, sempre de segunda as sextas-feiras, das 08h00mim as 12h00mim e de 13h30mim as 16h00mim. Bem como no endereço eletrônico, www.ba.os.gov.br, a partir da data desta publicação. Maracanaú/CE, 31 de outubro de 2023. Juliana Barbosa do Nascimento – Presidente da CPL.

ESTADO DO CEARÁ – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE QUIXERAMOBIM – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2510.01.2023-PE. A Pregoeira do SAAE de Quixeramobim, torna público para conhecimento dos interessados que, no período das 14 DE NOVEMBRO DE 2023, às 08:00h, horário de Brasília-DF, estará realizando licitação, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE QUIXERAMOBIM, o qual se encontra na integra no setor de licitação situada na Av. Dr. Joaquim Fernandes, 570 – Bairro Centro, Quixeramobim/CE, bem como no endereço eletrônico www.bll.org.br – "Acesso identificado no link – sistema público e no site www.saaeqx.com.br. Maiores informações no endereço supracitado no horário de 07:30hs as 11:30hs e das 13:30 as 17:30. Quixeramobim-Ce, 27 de Outubro de 2023. Cecília Maria Fernandes Almeida – Pregoeira.

Padilha diz que governo não garante desoneração

Ministro das Relações Institucionais reforça que não há compromisso do governo Lula com sanção da desoneração da folha de 17 setores

FOTO DIVULGAÇÃO

"Vai ser analisado pelos ministérios, sobretudo naquilo que infere na inconstitucionalidade", afirmou Padilha

O ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) indicou que o governo pode vetar a proposta que prorroga a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia.

O ministro repetiu uma declaração do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), citando o senador, que não havia compromisso do governo com a sanção da lei. O governo, acrescentou o responsável pela articulação política, vai analisar a constitucionalidade da medida.

"Vai ser analisado pelos ministérios, sobretudo naquilo que infere na inconstitucionalidade. Durante toda a tramitação, inclusive no Senado, o líder do governo fez questão de dizer que o conjunto daquelas medidas fere a Constituição, são inconstitucionais", afirmou Padilha, após se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Então certamente vai ter essa análise pelos ministérios da Justiça, Fazenda, Planejamento e Advocacia-Geral da União. Mas o próprio líder do governo no Senado dizia que não existia compromisso com a sanção porque claramente, na opinião do líder do governo, fere a Constituição, fere a constitucionalidade naquelas medidas", completou.

Na quarta-feira (17), o plenário do Senado aprovou a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia, estendendo o benefício fiscal para 31 de dezembro de 2027.

Os 17 segmentos contemplados pelo projeto da desoneração da folha são calçados, call center, comunicação, confecção e vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carrocerias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, tecnologia da informação, tecnologia de comunicação, projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas.

A prorrogação da desoneração da folha para os 17 setores econômicos representa uma redução de R$ 9,4 bilhões no pagamento de tributos dessas empresas.

A sanção da medida vem dividindo o governo. O Ministério da Fazenda, comandado por Fernando Haddad, vem se opondo à sanção do texto, defendendo um veto integral de Lula.

A ala política, no entanto, defende a sanção, argumentando que o veto pode provocar um grande desgaste político do governo com o Congresso Nacional e também com parte do setor econômico.

A desoneração da folha começou no governo Dilma Rousseff (PT), em 2011, e teve sucessivas prorrogações. A medida permite que os setores desonerados paguem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% de contribuição sobre a folha de salários para a Previdência Social e outras.

Para compensar a prorrogação da desoneração, o projeto também estende, pelo mesmo período, o aumento de 1% na alíquota da Cofins-Importação -pela lei atual, vale até dezembro. *(Folha Press)*

MAIS CONTEÚDO ACESSE www.oestadoce.com.br

Vieira critica impasse do Conselho de Segurança

Representante do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, fez duras críticas à demora do colegiado em aprovar uma resolução sobre o conflito entre Israel e o grupo islâmico Hamas, que controla a Faixa de Gaza, no Oriente Médio. Em reunião ocorrida na tarde de ontem (30), Vieira criticou a postura de alguns países que, segundo ele, usam o Conselho para atingir objetivos pessoais, e não o de proteger os civis do Oriente Médio.

"Desde o dia 7 de outubro, nos reunimos várias vezes e votamos quatro propostas de resolução. No entanto, continuamos com um impasse, devido a um desentendimento interno, particularmente entre membros permanentes e graças ao persistente uso do conselho para atingir seus próprios propósitos em vez de colocar a proteção de civis acima de tudo", disse. "Todos estão vendo nossa incapacidade de nos unir e responder a uma crise que nos desafia", acrescentou.

O Brasil presidiu o conselho neste mês de outubro e tentou costurar a aprovação de uma resolução por vários dias, ouvindo diversos países. Mas, no dia 18, ao submeter o texto à votação, ele acabou vetado pelos Estados Unidos, um dos países-membros.

O Conselho de Segurança da ONU tem cinco membros permanentes: China, França, Rússia, Reino Unido e os Estados Unidos. Os demais compõem o conselho rotativo. Para que uma resolução seja aprovada, é preciso o apoio de nove do total de 15 membros, sendo que nenhum dos membros permanentes pode vetar o texto. Além da proposta apresentada pelo Brasil, os Estados Unidos apresentaram sua versão de resolução, vetada pela Rússia. Os russos, por sua vez, tiveram suas duas propostas vetadas pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido.

As várias tentativas infrutíferas de apresentar um posicionamento comum deram combustível às críticas de Vieira. Ele presidia a reunião, mas antes de ler seu discurso "seguindo as orientações do presidente Lula", pediu licença aos colegas e falou como chanceler brasileiro.

"Desde a última vez que eu falei a este Conselho, na semana passada, a contagem de mortes de crianças aumentou em mil. Enquanto isso, o Conselho de Segurança realiza reuniões e ouve discursos, sem ser capaz de tomar uma decisão fundamental: acabar com o sofrimento humano", disse. Segundo ele, o conselho tem falhado reunião após reunião em colocar as vidas dos civis como prioridade.

"Enquanto milhares de israelenses e palestinos choram seus entes queridos, enquanto israelenses agonizam diante do destino dos reféns, enquanto Gaza sofre diante da implacável operação militar que está matando civis, incluindo um intolerável número de crianças, nós temos meios de fazer algo e ainda, repetidamente, falhamos".

Em discurso direto e com tom crítico, Vieira também pediu pelo fim das hostilidades e pelo acesso de atendimento médico às vítimas civis na Faixa de Gaza. Ele destacou que, em três semanas de conflito, já são contabilizados 8 mil mortos, sendo 3 mil crianças. Em certo ponto de seu discurso, o chanceler citou o Hamas como o responsável por reacender a crise na região com "ações terroristas".

Ele acrescentou que ainda pode haver tempo para o Conselho de Segurança se posicionar do lado dos civis e contra as hostilidades na região. "Se não agora, quando? Quantas vidas mais serão perdidas até nós finalmente nos sairmos da retórica para a ação?", finalizou.

Divergências

O conselho tem testemunhado nas últimas semanas uma disputa entre Estados Unidos e Rússia por um protagonismo no discurso. Enquanto os norte-americanos, apoiados pelo Reino Unido, exigem uma resolução que garanta a Israel, aliado de ambos, o direito de responder aos ataques sofridos, a Rússia propõe um cessar-fogo, mas não cita o Hamas.

Os russos tampouco condenam o grupo islâmico pelas ações que deram início ao mais recente capítulo no conflito histórico pela região.

Como ambos têm poder de veto, sempre há o posicionamento de um contra a resolução apoiada pelo outro. Na resolução apresentada pelo Brasil, e que teve uma maior expectativa de aprovação, a Rússia apenas se absteve. Nesse caso, coube aos Estados Unidos a derrubada do texto.